



A ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NO ENSINO MÉDIO

Jeisa Fernandes Marcondes (PPGE/UNIC) – jeisafmarcondes@gmail.com

Cilene Maria Lima Antunes Maciel (PPGE/UNIC) – cilenemlamaciell@gmail.com

Marinalva de Barros Neves (PPGE/UNIC) – marinalva.nba@gmail.com

Alessandra Dallagnol (PPGE/UNIC) – profalessandra.claretiano@gmail.com

GT 5 – EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Resumo:

A presente pesquisa, em andamento, tem como objetivo compreender e conceituar o que é DI - Deficiência Intelectual e como ocorre a inclusão dos discentes com DI que cursam o Ensino Médio no IFG Campus Luziânia e conhecer como é a representação social do tema inclusão. Trata-se de uma metodologia qualitativa exploratória e descritiva, transversal do tipo estudo de caso, que usará como instrumentos de obtenção de dados, entrevistas individuais e coletivas (grupo focal), observação, auto narrativas e a técnica Associação Livre de Palavras, adequando-se os mesmos a cada grupo de participantes: professores, discentes com DI e outras necessidades educacionais específicas e sem deficiência, mas que partilhem da convivência, para que assim possamos vislumbrar os aspectos que envolvam os processos inclusivos. Para análise dos dados obtidos usaremos Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e como principais pressupostos teóricos, Mantoan (2003) e Crochick (2011) acerca do que é o entendimento de um ensino inclusivo, agregando aos conhecimentos de uma educação institucional democrática, à luz de Freire (1987); assim pretendemos conhecer a realidade dos processos inclusivos e auxiliar na melhora das ações futuras dentro do campus. Com o intuito de refletir a prática de Psicologia Escolar pautada no compromisso ético e de produção científica, pensando como os Psicólogos Escolares podem atuar em uma perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência Intelectual, Ensino e Psicologia Escolar

1 Introdução

É sabido que a partir da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996), é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, tal paradigma passa a ser implementado no país, gradativamente.

No IFG Campus Luziânia a implementação de um núcleo com a função de acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas, teve início efetivamente em 2017, por meio da Resolução CONSUP/IFG nº 30; para isso foram instituídos os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, para acolher, acompanhar e subsidiar os professores do campus com a práxis inclusiva.

Porém é sabido também que não basta a presença física do aluno na escola, a

cessão da matrícula para ocorrer a inclusão; o corpo docente deve compreender minimamente o processo, os conceitos relacionados com a área da Deficiência Intelectual - DI e sobretudo estar disposto a quebrar barreiras atitudinais, enraizadas em nossa cultura escolar. Barreiras estas invisíveis, para além das barreiras de acessibilidade, arquitetônicas, didático-pedagógicas e materiais.

Portanto não é um processo fácil. É necessário entender quais são nossos conceitos arraigados e por vezes desconstruir. A Psicologia Escolar pode dar conta de auxiliar no entendimento desse processo inclusivo e têm um papel fundamental no trabalho com ações de promoção para uma educação inclusiva livre da reprodução de preconceito.

A função do psicólogo escolar como formador, também, dos docentes, para o entendimento da prática inclusiva no ambiente escolar é uma prática de ensino não disciplinar a ser instaurada a muitas mãos. Aqui entram vivências que podem ser proporcionadas por este profissional, como rodas de conversa, por exemplo, cabendo ressaltar a hipótese do contato.

Para Crochík (2011, 2013), a hipótese do contato é positiva para a atenuação do preconceito e pode ser utilizada como um dos argumentos para a implantação da educação inclusiva, desde que preservadas algumas condições necessárias, tais como a cooperação, a amizade e um clima cultural e institucional apropriados. Ele insiste, porém, que se o sistema social não for modificado em sua estrutura, a violência – que tem no preconceito uma de suas manifestações – poderá ser reduzida pelo contato, mas permanecerá de forma sutil.

Uma das grandes dificuldades é o entendimento do que é a DI, e quais são os limites, as barreiras, para o desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Para isso pretendemos ouvir os professores e alunos envolvidos no processo construindo uma (auto)narrativa próxima deles, sustentada por autores da área. Neste Contexto o objetivo geral do estudo é compreender e conceituar o que é DI - Deficiência Intelectual e como ocorre a inclusão dos discentes com essa necessidade específica e que cursam o Ensino Médio no IFG Campus Luziânia e ainda conhecer como é a representação social do tema inclusão entre os discentes sem deficiência.

Destacamos que essa pesquisa em andamento ocorre no presente momento pandêmico em que estamos vivendo. E devemos considerar na pesquisa essa importante variável do presente,

2 Desenvolvimento

A presente pesquisa, em andamento, será realizada em um contexto de pandêmico que estávamos vivenciando, e por essa razão utilizaremos das ferramentas online, garantido segurança a todos os envolvidos. A metodologia será qualitativa de caráter descritivo e exploratório do tipo Estudo de Caso. Os instrumentos serão auto narrativas ou autobiografia (história de vida) de professores e alunos incluídos (narrativas livres e\ou estimuladas por roteiros de entrevista semiestruturada e entrevistas coletivas do tipo grupo focal); e para os estudantes sem DI, usaremos provavelmente a ALP – Associação Livre de Palavras proposta por Abric (1998); na tentativa de construir um documento que expresse as representações sociais de DI dentre os estudantes do campus.

Para análise dos dados obtidos usaremos Análise de Conteúdo de Bardin (2011) que privilegia subjetividade da pesquisa tanto de forma individual ou em grupo e como principais pressupostos teóricos, Maria Tereza Mantoan (2003) e a contribuição do entendimento do ensino e educação inclusiva e Jose Leon Crochick (2011; 2013) acerca do que é um ensino inclusivo e aspectos psicológicos da educação para o entendimento da institucionalização e a escola como um lugar/espço de produção de conhecimento e subjetividade dos indivíduos na coletividade do espaço escolar, agregando aos conhecimentos de uma educação institucional democrática para todos, à luz de Paulo Freire (1983; 1987). Pretendemos conhecer a realidade dos nossos processos inclusivos e auxiliar na melhora das ações futuras dentro do campus; propondo e construindo junto à equipe a vivência de novas práticas inclusivas.

O estudo está em andamento na fase da pesquisa de campo, ainda sem dados obtidos da parte empírica, e faz parte do mestrado em ensino da UNIC – PPGEn. Ao final da investigação pretende alcançar, enquanto resultados esperados:

- Elaboração de futuros planos de trabalho inclusivos que envolvam toda a comunidade escolar do IFG Luziânia\GO;
- Orientação de alunos em geral e familiares dos estudantes com DI a partir de vivências e rodas de conversa;
- Melhora na atuação e colaboração com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Necessidades Educacionais Específicas, existente no IFG desde novembro de 2017); propondo novas formas de acompanhamento e acolhimentos de estudantes incluídos.

- Auxiliar na Formação Continuada e sensibilização docente com a publicização das experiências inclusivas do campus IFG Luziânia e das próprias pesquisas e produções científicas encontradas no decorrer dessa pesquisa.

Para isso as discussões girarão em torno de clássicos da inclusão, bem como estudos recentes sobre a temática que perpassa por preconceito e *bullying*; conforme seguem neste tópico Mantoan (2003); Crochík (2013, 2011), Freire (1983;1987), Patto (2015) e as leis brasileiras de inclusão.

A inclusão é um paradigma mundial que vem sendo implantado gradativamente no Brasil desde final dos anos 90. Ao contemplar a escola inclusiva por vezes nos deparamos com a integração dos estudantes e não inclusão de forma plena. Percebemos que devemos nos preocupar em propor a inclusão das pessoas de forma a respeitar sua individualidade e seu aspecto subjetivo para aprender. Nesse sentido a escola deve ser um espaço democrático que chega a todos sem distinção.

De forma lenta e gradual a inclusão ainda não está legitimada no seio das escolas como prática cotidiana aceita e eficiente para a manutenção do estudante com NEE e seu sucesso acadêmico, principalmente no que concerne aqueles com DI. A literatura tem expressado que as barreiras atitudinais se configuram como uma das mais importantes e difíceis de transpor. Certamente este estudo ao trazer a proximidade da fala dos atores que vivenciam a inclusão colaborará para a temática trazendo à luz os desejos, sonhos, percepções e experiências daqueles que enfrentam a problemática quer sejam como estudantes, colegas, professores e equipe da escola. Pretende propor uma forma acrítica de pensar a escola que estamos fazendo e ofertando para refletirmos de forma crítica como podemos desconstruir modelos e recriar possibilidades de forma agregadora, democrática e para todos.

4 Considerações finais

A pesquisa está ainda em andamento e pertence ao PPGEn – Mestrado em ensino da UNIC. Nas pesquisas bibliográficas prévias vimos que a inclusão das Pessoas com Deficiência ocorre nas escolas regulares em geral; porém incluir significa dar condições dentro do processo de ensino aprendizagem para que o estudante tenha de fato condições reais de aprender, com adaptações que vão desde os espaços físicos acessíveis até as adaptações curriculares e adequações metodológicas na forma de ensinar, possibilitando desenvolvimento e aprendizagem, permanência e sucesso do estudante.

Referências

ABRIC, Jean Claude. Abordagem estrutural das representações sociais. Trad. Pedro Humberto de Faria. In: MOREIRA, A S. P; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia-GO: Editora AB, 1998. p. 27-38.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB** – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 30.jun.2021.

BRASIL. **LBI** - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Lei nº 13.146. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 30 maio. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC** - Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CROCHÍK, José Leon.; FRELLER, Cintia C.; LIMA e DIAS, Marian Ávila de.; FEFFERMANN, Marisa; NASCIMENTO, Rafael Baioni; CASCO, Ricardo. Educação inclusiva: escolha e rejeição entre alunos. **Psicologia & Sociedade**; V. 25, n.1, p. 174-184, 2013.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito e Inclusão. **WebMosaica** - Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall e UFRGS, v.3, n.1, p.33-42; jan-jun, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LBI - Lei Brasileira de Inclusão. Lei 13.146\2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

MANTOAN, Maria. Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do Fracasso escolar** - Histórias de submissão e Rebelia. 4 ed. São Paulo: Intermeios, 2015.